



<b>Processo nº</b>	12448.724654/2011-13
<b>Recurso nº</b>	Voluntário
<b>Acórdão nº</b>	<b>2402-010.657 – 2<sup>a</sup> Seção de Julgamento / 4<sup>a</sup> Câmara / 2<sup>a</sup> Turma Ordinária</b>
<b>Sessão de</b>	12 de novembro de 2021
<b>Recorrente</b>	PERCY CULLY DOS SANTOS
<b>Interessado</b>	FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA (IRPF)**

Ano-calendário: 2009

DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL. OMISSÃO DE RENDIMENTOS. DIRF. RENDIMENTOS DE ALUGUÉIS.

Caracteriza infração de omissão de rendimentos a falta de informação na Declaração de Ajuste Anual de rendimentos constantes em DIRF, apresentada pela fonte pagadora de rendimentos de aluguéis.

RENDIMENTOS DE ALUGUEL. DEDUÇÃO. IPTU.

Do rendimento recebido a título de aluguéis é permitida a dedução de valores pagos a título de IPTU, desde que o ônus tenha sido exclusivamente do locador.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso voluntário.

(documento assinado digitalmente)

Denny Medeiros da Silveira - Presidente e Relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Ana Claudia Borges de Oliveira, Denny Medeiros da Silveira, Francisco Ibiapino Luz, Gregório Rechmann Junior, Márcio Augusto Sekeff Sallem e Renata Toratti Cassini.

### **Relatório**

Por bem descrever os fatos ocorridos até a decisão de primeira instância, transcreveremos o relatório constante do Acórdão nº 08-32.249, da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento (DRJ) em Fortaleza/CE, fls. 27 a 31:

[Em face do] espólio do contribuinte, acima identificado, foi emitida Notificação de Lançamento – Imposto sobre a Renda de Pessoa Física – IRPF, fls. 07/11, para cobrança

do Imposto de Renda Pessoa Física Suplementar, no valor de R\$ 20.596,91, acrescido de Multa de Ofício, no percentual de 75%, no valor de R\$ 15.447,68.

O crédito tributário totalizou, em 31/03/2011, o valor de R\$ 37.978,63, compreendendo o somatório de Imposto de Renda Pessoa Física Suplementar, Multa de Ofício e Juros de mora, com base na Taxa Selic.

De acordo com o quadro Descrição dos Fatos e Enquadramento Legal, fls. 09, anexo à Notificação de Lançamento, o crédito tributário é relativo à Declaração de Ajuste Anual do exercício financeiro de 2010, ano-calendário 2009, e decorreu de revisão dessa declaração.

Desta revisão resultou alteração dos Rendimentos Tributáveis, por infração de omissão de rendimentos, no valor de R\$ 112.608,36, relacionada à DIRF apresentada pela empresa Manoel Crispun Materiais de Construção S/A.

Na Declaração de Ajuste Anual, apresentada pela inventariante, foram informados rendimentos percebidos da empresa Manoel Crispun Materiais de Construção S/A, no valor total de R\$ 837.391,64, compensando-se IRRF, no valor de R\$ 229.193,23. Na DIRF, apresentada pela empresa, constam rendimentos de aluguéis, no valor total de R\$ 950.000,00 e retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, no valor total de R\$ 229.193,23.

A diferença, no valor de R\$ 112.608,36, foi lançada como omissão de rendimentos sujeitos à tabela progressiva.

Em virtude dessa alteração, o resultado da declaração foi modificado de saldo de imposto a restituir, no valor de R\$ 10.370,39, para saldo de imposto a pagar no valor de R\$ 20.596,91, que foi lançado como Imposto de Renda Pessoa Física Suplementar.

Os dispositivos legais infringidos, a penalidade aplicável e fundamentação legal encontram-se discriminados na Notificação de Lançamento.

Inconformada com a Notificação de Lançamento, da qual tomou ciência, por via postal, em 21/03/2011, a inventariante apresentou, em 12/04/2011, impugnação, documento anexo às fls. 02/03, argumentando, que não houve infração de omissão de rendimentos, pelos motivos, abaixo, resumidos:

- 1) trata-se de rendimentos de aluguel percebidos da Massa Falida da empresa Manoel Crispun Materiais de Construção S/A, no ano-calendário de 2009;
- 2) além do Imposto de Renda Retido na Fonte, foi descontado o pagamento de IPTU, em atraso, no valor de R\$ 112.608,36;
- 3) o valor da omissão de rendimentos corresponde ao valor do IPTU, que foi pago com recursos do falecido, Percy Cully dos Santos;

Como prova a senhora inventariante juntou à impugnação peças do processo judicial da Massa Falida da empresa Manoel Crispun Materiais de Construção S/A.

Ao julgar a impugnação, em 18/12/14, a 1<sup>a</sup> Turma da DRJ em Fortaleza/CE concluiu, por unanimidade de votos, pela sua improcedência, consignando a seguinte ementa no *decisum*:

**DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL. OMISSÃO DE RENDIMENTOS. DIRF. RENDIMENTOS DE ALUGUÉIS.**

Caracteriza infração de omissão de rendimentos a falta de informação na Declaração de Ajuste Anual de rendimentos, constantes em DIRF, apresentada pela fonte pagadora de rendimentos de aluguéis.

**RENDIMENTOS DE ALUGUEL. PAGAMENTO DE IPTU. EXCLUSÃO.**

Pela Instrução Normativa SRF nº 15/2001, art. 12, parágrafo 1º, os encargos de IPTU podem ser excluídos do valor de aluguel quando o ônus tenha sido exclusivamente do locador.

Cientificada da decisão de primeira instância, em 14/3/15, segundo o Aviso de Recebimento (AR) de fl. 38, a inventariante do espólio do Contribuinte, por meio de seus advogados (procuração de fl. 46), interpôs o recurso voluntário de fls. 41 a 45, em 13/4/15, alegando que a omissão apurada pela fiscalização diz respeito a IPTU pago, conforme busca demonstrar com os documentos que junta aos autos com o recurso.

É o Relatório.

## Voto

Conselheiro Denny Medeiros da Silveira, Relator.

### Do conhecimento

O recurso voluntário é tempestivo e atende aos demais requisitos de admissibilidade. Assim, dele conheço.

### Da omissão de rendimentos

Trata o presente caso de omissão de rendimentos assim demonstrada no relatório Descrição dos Fatos e Enquadramento Legal, fl. 9, que acompanha a Notificação Fiscal:

Fonte Pagadora:						
CPF Beneficiário	Rendimento inform. Em Dirf	Rendimento Declarado	Rendimento Omitido	IRRF inform. em Dirf	IRRF Declarado	IRRF s/ Omissão
33.460.908/0001-37 - MANOEL CRISPUN MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO S/A						
098.778.867-15	950.000,00	837.391,64	112.608,36	229.193,23	229.193,23	0,00

Segundo a Recorrente, essa omissão apurada de R\$ 112.608,36 corresponde ao IPTU<sup>1</sup> incidente sobre os R\$ 950.00,00 recebidos a título de aluguéis pelo espólio.

Vejamos, inicialmente, o que restou consignado na decisão recorrida:

A infração de omissão de rendimentos foi constatada pelo confronto entre as informações da DIRF, fornecida pela Massa Falida da empresa e as informações na Declaração de Ajuste Anual. Verificou-se que, na Declaração de Ajuste Anual, foram informados os rendimentos percebidos da empresa, no valor de R\$ 837.391,64, enquanto, a DIRF informava rendimentos de aluguéis, no valor total de R\$ 950.000,00.

Na impugnação, a inventariante do senhor contribuinte vem argumentando que não houve infração de omissão de rendimentos e que o valor de R\$ 112.608,36, tido como omitido, corresponde ao valor do IPTU que ficou a cargo do locador e não da Massa Falida da empresa Manoel Crispun Materiais de Construção S/A.

Examinando-se a DIRF, fls. 26, verifica-se que os rendimentos pagos pela empresa Manoel Crispun Materiais de Construção S/A são rendimentos de aluguéis, pagos no mês de dezembro do ano-calendário de 2009.

Examinando-se os documentos juntados à impugnação, verifica-se que se trata de um processo relacionado à MASSA FALIDA da empresa Manoel Crispun Materiais de Construção S/A, e que o valor pago no mês de dezembro do ano-calendário de 2009 é um montante de vários meses anteriores, aluguéis em atraso. Verifica-se, também, que houve pagamento de IPTU, no montante de R\$ 115.907,12.

Pela legislação do Imposto de Renda, disposta no art. 50 do Decreto nº 3.000, de 1999 (RIR/99), o valor do IPTU do imóvel locado pode ser deduzido do valor do rendimento de aluguel para fins de tributação.

<sup>1</sup> Imposto Predial e Territorial Urbano.

[...]

Os documentos juntados à impugnação denotam que a empresa pagou ao espólio do senhor contribuinte os aluguéis em atraso, recolheu, em DARF, o correspondente IRRF e também recolheu o IPTU.

A impugnação é improcedente pois não traz elementos que pudessem demonstrar a transferência do valor recolhido de IPTU, a título de ressarcimento, para a empresa Manoel Crispun Materiais de Construção S/A do valor do IPTU, que caracterizasse o ônus pelo pagamento por parte do espólio do senhor contribuinte.

O que se tem de prova é que o pagamento do IPTU foi feito pela Massa Falida da empresa Manoel Crispun Materiais de Construção S/A.

Conforme se observa, a decisão de primeira instância reconhece a possibilidade de se descontar dos rendimentos de aluguéis o valor correspondente ao IPTU pago, porém, manteve o lançamento fiscal, uma vez que não houve a comprovação de que o espólio do Contribuinte tivesse assumido o ônus pelo pagamento desse imposto.

Em seu recurso, alega a Inventariante o seguinte:

13. Considerando que os cálculos de fls. 6730/6731 resultaram em valor superior ao pretendido pelo espólio, que era de R\$983.438,68, e a prévia concordância do MP, os Administradores Judiciais ofereceram a proposta de pagamento no valor de R\$950.000,00, aí incluídos, a toda evidência, os valores de aluguel e de IPTU.

[...]

15. Em outras palavras, se o débito apurado pelo Contador Judicial foi de R\$1.007.468,57, sendo R\$891.561,45 de aluguel e R\$115.907,12 de IPTU, ao concordar em receber R\$950.000,00, significa dizer que aceitou receber o valor de R\$834.092,88 a título de rendimentos de aluguel, sendo certo que o valor do IPTU deveria permanecer inalterado.

Todavia, como se nota, a defesa firma a sua tese na presunção de que o espólio teria arcado com o valor do IPTU, porém, nenhum documento capaz de fazer essa demonstração, de forma inequívoca, foi carreado aos autos.

A título de exemplo, a Recorrente trouxe a seguinte decisão judicial:

#### Decisão

- 1- Fl. 6732/6742 - Diga o síndico e MP.
- 2 - Fl. 6743 - Defiro, desde que integralizado o valor referente ao bem arrematado.
- 3 - Fl. 6745 - Expeça-se mandado de imissão na posse.
- 4 - Fl. 6747/6756 - Ao MP.
- 5 - Fl. 6757 - Diante das manifestações anteriores do AJ e MP, bem como dos cálculos apresentando e da natureza do crédito do ESPÓLIO DE PERCY CULLY DOS SANTOS, especial da concordância de proposta e a promessa de quitação firmada, RECONHEÇO o crédito de R\$ 950.000,00, frente à MASSA FALIDA DE MANOEL CRISPUN, de natureza extraconcursal. Crédito este que possui tal natureza, posto que perfazido pela massa falida da sentença que decretara a quebra. Assim sendo, expeça-se competente mandado de pagamento.

Rio de Janeiro, 30/11/2009.

Luz Roberto Ayoub - Juiz Titular

Veja-se que em tal decisão, a Justiça apenas reconhece o crédito de R\$ 950.000,00 em favor do espólio, sem fazer qualquer menção ao IPTU.

Nesse sentido também é a petição do Ministério Público, na qual opina a favor do pagamento de R\$ 983.438,68 em favor do espólio, e, do mesmo modo, sem menção ao IPTU:

PROMOÇÃO  
DO MINISTÉRIO PÚBLICO

MM. Juiz:

A. Fls. 6.237 e 6.443 – à vista da concordância do administrador judicial e considerando a notícia de que eventual pagamento superior ao efetivamente devido já conta com uma garantia imobiliária firme em favor da massa falida (fls. 6.632/3), opino pela expedição, em caráter provisório, do MANDADO DE PAGAMENTO em favor do Espólio peticionário no valor de R\$ 983.438,68 (novecentos e oitenta e três mil, quatrocentos e trinta e oito reais, sessenta e oito centavos), a título de despesa extraconcursal devida pela massa;

O único documento que menciona o IPTU diz respeito a uma petição do advogado do espólio, endereçada ao Juiz de Direito da 1<sup>a</sup> Vara Empresarial do Rio de Janeiro, e que traz o seguinte conteúdo:

ESPÓLIO DE PERCY CULLY DOS SANTOS, nos autos da falência MANOEL CRISPUN MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO S.A., por seu advogado, apresentar a V. Exa. os cálculos em anexo, consolidando corretamente o crédito aluguéis e IPTUs devidos após a quebra; no montante de R\$983.438,42 (oitocentos e oitenta e três mil, quatrocentos e trinta e oito reais e quarenta e dois centavos). R\$859,520,74 (oitocentos e cinquenta e nove mil, quinhentos e vinte reais e setenta e quatro centavos) pelos aluguéis e R\$123.917,68 (cento e vinte e três mil, novecentos e dezessete reais e sessenta e oito centavos) pelos IPTUs, re-ratificando-se os discriminativos anteriores.

E. deferimento.

Rio de Janeiro, 08 de setembro de 2009.

Marcello Cinelli de Paula Freitas  
OAB/RJ 74.140

Os cálculos de fls. 49, 50, 53 e 54, por sua vez, dizem respeito apenas à empresa Manoel Crispun Materiais de Construção S/A (massa falida) e também não fazem qualquer menção a IPTU.

Por outro lado, segundo consta no relatório Descrição dos Fatos e Enquadramento Legal, a fonte pagadora (Manoel Crispun Materiais de Construção S/A – Massa Falida) informou, por meio de Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte (DIRF), ter pago ao Contribuinte/espólio o montante de R\$ 950.000,00.

Inclusive, sobre esse montante preenchido na DIRF, a Recorrente apenas se limita a dizer que “decorreu de equívoco cometido pelos administradores da massa falida [...], que não consideraram o valor devido relacionado à dívida de IPTU”.

Portanto, como se percebe, o conjunto probatório não se mostra suficiente para demonstrar/comprovar que o espólio arcou com o valor da IPTU, de modo a permitir a sua dedução do montante recebido da fonte pagadora.

Pondere-se que o lançamento, devidamente motivado, é ato administrativo que goza do atributo de presunção relativa de legalidade e veracidade e, portanto, cumpria ao

Recorrente o ônus de afastar, mediante prova robusta e inequívoca em contrário, essa presunção (vide art. 16, inciso III, do Decreto n.º 70.235, de 6/3/72), o que não ocorreu.

**Conclusão**

Isso posto, voto por negar provimento ao recurso voluntário.

(documento assinado digitalmente)

Denny Medeiros da Silveira